

Revista Brasileira de Comércio Exterior

# RBCCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXVIII

158

Janeiro,  
Fevereiro e  
Março de  
2024

## NOVA INDÚSTRIA BRASIL

### Relações Econômicas Brasile e China



Imagem de Christo Atreshev por Pixabay

**FUNCEX**



fundação  
centro de estudos  
do comércio  
exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

**EDITORIAL****2 Cenários para 2024-2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Gustavo Amaral***Presidente da Fundação Severino Sombra***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****12 Nona economia do mundo, mas podemos ir além***George Vidor***MARCA-BRASIL****14 Música no Museu, um elo na divulgação internacional do Brasil***Sergio Costa e Silva***PERSPECTIVAS ECONÔMICAS****19 O Brasil e o G20***Paulo Roberto de Almeida***22 Riscos geopolíticos: a instabilidade dos mercados de energia permanece em 2024***Luis Augusto Medeiros Rutledge***RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL E CHINA****26 Fortalecendo laços comerciais: o papel das instituições no comércio bilateral Brasil-China***Alexandre Coelho e Rafaella Mello***36 Uma nova cultura exportadora para a China***Thais Moretz Sohn Fernandes***NOVA INDÚSTRIA BRASIL****44 Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira***Andre Nassif***56 Redução de custos e agilidade no comércio exterior brasileiro na Base da Indústria de Defesa e de Energia Nuclear à serviço da Neointustrialização***Frederico Teixeira***64 Sugestões para missão orientada para inovar e exportar dispositivos médicos do Brasil***Abdul Temporário*

# Cenários para 2024-2025

A primeira intervenção no mercado de câmbio no atual governo do presidente Lula realizada este mês, por meio de *swap* cambial, revela uma assimetria de “informações” entre os operadores desse mercado que resulta numa maior volatilidade da taxa nominal de câmbio real/dólar. Cumpre destacar que o atual presidente do Bacen veio a público afirmar que a operação foi motivada por um vencimento de títulos públicos atrelados ao câmbio, e que isso foi expressamente pontuado na comunicação do Banco Central, mas parte dos agentes não teria compreendido essa ação e a interpretou como uma possível alteração na condução da regra da política cambial num regime de câmbio flexível.

A atual maior volatilidade da taxa de câmbio nominal, em parte, é fruto das divergências das análises existentes no mercado com relação à evolução provável do setor externo brasileiro e à sua conexão com o mercado global. O Brasil apresenta uma conta de capital aberta quase sem restrições administrativas que permite uma livre movimentação e um afluxo de capitais estrangeiros para entrar na economia brasileira, obter rendimentos pelos seus investimentos, e depois do período de maturação da aplicação em que se auferiram resultados, os capitais retornam para seus países de origem.

Muitos desses capitais estrangeiros são aqui aplicados em operações com títulos e haveres – privados ou públicos – no mercado, havendo registros de sua entrada, uso e destinação junto ao Bacen e/ou à Susep. Normalmente, as aplicações desse capital são de curto prazo e sua livre movimentação é influenciada pelo diferencial das taxas de juros interna e externa, e pela expectativa da evolução e da condição provável no curto e médio prazo da política monetária e fiscal tanto no Brasil quanto, sobretudo, nos Estados Unidos. Em função disso, nesses primeiros meses de 2024, parte da volatilidade cambial, e consequente elevação do volume de saída de capital estrangeiro em investimento em carteira no mercado doméstico observada no momento presente, é explicada:

- a) pela incerteza quanto à contenção dos gastos públicos e das regras de política fiscal, apesar dos anúncios e da comunicação do atual governo de perseguir uma meta de zerar o déficit orçamentário; e
- b) pela permanência do viés de estabilidade da taxa de juros norte-americana.

Vale lembrar que há capitais estrangeiros que são investidos diretamente nas empresas aqui instaladas ou em projetos que serão realizados de expansão produtiva, inclusive ligados à exportação de hidrogênio verde. Esses são contabilizados na conta do balanço de pagamentos de capital de investimento. Nesses primeiros meses de 2024, os dados mostram uma retração no patamar de atração de investimento em relação ao mesmo período de 2023. Parte dessa retração pode ser explicada pelo fato de que as filiais norte-americanas instaladas no Brasil não estão conseguindo implantar processos de *nearshoring* de produção com suas matrizes, pois estas estão priorizando suas ações de mudanças na cadeia de valor no México, o que explica o crescimento das exportações mexicanas para os Estados Unidos. Porém, ainda há a possibilidade de que as empresas estrangeiras aqui instaladas possam implantar estratégias de *nearshoring* na sua cadeia global de valor na medida em que houver mais clareza das condições de acesso no Brasil ao financiamento e seguro de crédito para exportar bens de maior valor agregado do Brasil, sobretudo para a América Latina e a África. Contudo, a recuperação dessa conta possivelmente ocorrerá com aprovação do regime regulatório de hidrogênio verde, que permitirá que os inúmeros memorandos de entendimento firmados com os governos estaduais e os investidores estrangeiros possam vir a ser implantados no Brasil.

Essas duas rubricas do setor externo mais o comportamento histórico deficitário da conta de serviços acabam contribuindo para o surgimento de um déficit em transações correntes no balanço de pagamentos brasileiro. Com um volume de reservas internacionais de cerca de US\$ 353 bilhões e com superávit comercial de cerca de US\$ 90 bilhões nas mãos das exportadoras nacionais para fazerem preferencialmente dispêndios em produtos e serviços importados, não se faz necessário ajustar neste momento o setor externo brasileiro, via mudança de preços relativos da relação dólar/real tanto em termos nominal quanto efetivo.

Ao se considerar o histórico do superávit na balança comercial, isto mostra que há indícios de que se vivenciará um período de superávit estrutural dessa conta do balanço de pagamentos. Vale sempre lembrar que o acompanhamento da balança comercial e da produção e difusão de índices de preço e *quantum* das exportações e importações é feito pela Funcex. Mas, é nítido que há aumento na participação e do *market share* internacional em produtos do agronegócio (complexo soja e milho; carnes), e em bens intensivos em recursos não renováveis (como minérios e petróleo).

Por isso, a hora é de analisarmos questões conjunturais e estruturais que reforcem a necessidade de expandir as exportações e de incentivar uma melhor implantação da Política de Comércio Exterior. Esta edição da RBCE trata de dois temas nessa direção: a) China e b) Nova Indústria Brasil.

Considerando que em junho próximo haverá um encontro no Gosban entre autoridades brasileiras e chinesas para analisarem as perspectivas futuras do comércio exterior bilateral, a RBCE abriu espaço nesta edição para que Alexandre Coelho e Rafaella Mello abordassem como as instituições de ambos os países podem fortalecer os laços comerciais entre o Brasil e a China. Como a cultura exportadora se tornou uma Política de Estado no Brasil, Thais Moretz sugere ações em *prol* de uma nova cultura exportadora para a China. Esses artigos mais os dois publicados em RBCE anteriores sobre uso do renminbi no câmbio e no *trade finance*, mostram que há espaço para o crescimento e a diversificação das exportações brasileiras para o nosso principal parceiro comercial. Esse esforço de análise e proposição se reflete e atende à nossa parceria com o Centro de Desenvolvimento da Indústria da Informação da China (CCID).

Quanto ao programa de governo Nova Indústria Brasil, André Nassif faz uma avaliação da nova política industrial brasileira. Frederico Teixeira analisa a redução de custos e a agilidade no comércio exterior brasileiro na base da indústria de defesa e de energia nuclear a serviço da neointustrialização. Abdul Temporário apresenta sugestões para uma missão orientada em inovar e exportar dispositivos médicos do Brasil.

Na seção comentário internacional, George Vidor mostra que o Brasil é a nona economia do mundo, mas o país pode subir mais nesse *ranking*. Temos ainda breves análises sobre as perspectivas econômicas. Luis Rutledge aborda os riscos geopolíticos que explicam a instabilidade dos mercados de energia. Por sua vez, Paulo Roberto de Almeida discorre sobre o Brasil e o G20. Sergio Costa e Silva sugere uma efetiva ação de *soft power* brasileiro ao mostrar como o projeto Música no Museu é um meio para a divulgação da imagem internacional do Brasil. Finalmente, as nossas páginas azuis apresentam como a Fundação Severino Sombra vem internacionalizando suas atividades.

A variedade de temas abordados nesta RBCE mostra que os cenários para o setor de comércio exterior em 2024/2025 são propícios à expansão das exportações brasileiras, mesmo num contexto internacional de maior guerra comercial, riscos geopolíticos e tensão devido ao movimento de transição de um mundo unipolar para um mundo multipolar. Mas, para que os benefícios com o provável aumento das exportações sejam capturados pelos exportadores brasileiros precisamos assegurar que: a) haja oferta e acesso a recursos para financiar e ter seguros de crédito nas exportações; b) haja oferta de serviços para maior promoção comercial das exportações e difusão da cultura exportadora por parte da agência responsável por essas ações; c) a não incidência de impostos e taxas seja assegurada nas leis complementares a serem analisadas e aprovadas no Congresso Nacional; d) as sugestões elencadas nos artigos sejam apreciadas e avaliadas pelas autoridades governamentais.

Os pontos acima mencionados podem ser alternativas para a expansão continuada das exportações nacionais.



Miguel Lins  
Vice-presidente da Funcex